

política

Suspensão do leilão do Bloco 2 repercute na CPI

Decisão do governo foi comemorada por lideranças da comissão

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalier

bolivarc@jcrs.com.br

O anúncio do governador gaúcho Eduardo Leite (PSD) de suspensão do leilão do Bloco 2 de rodovias estaduais, ontem, foi motivo de celebração para boa parte dos deputados estaduais que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios, que investiga possíveis irregularidades nas concessões rodoviárias que estão sendo promovidas pelo Piratini. Tanto o presidente da CPI, Papparico Bacchi (PL), quanto o relator, Miguel Rossetto (PT), e o vice-presidente, Felipe Camozzato (Novo), consideraram este adiamento uma “vitória” da CPI, mas buscam avançar os trabalhos para, se possível, barrar de vez a concessão proposta.

Na avaliação destes três titulares, as mudanças na concessão do Bloco 2 apresentadas por Leite foram insuficientes. “Eu sinceramente acho que o governo precisa desistir desta ideia. Acho que politicamente é muito ruim para o governo e economicamente um desastre para o Rio Grande do Sul”, opinou o presidente do colegiado.

Para Bacchi, há duas alternativas para as concessões. A primeira é que o próprio Estado realize as obras, ou pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) ou pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), e que sejam aportados recursos do Funrigs - fundo criado para a reconstrução do Rio Grande do Sul após as históricas cheias de maio de 2024. A segunda opção apontada pelo parlamentar é que o governo faça o projeto e contrate empresas de infraestrutura para cada uma das obras previstas.

A primeira alternativa é vista com bons olhos pelo relator da CPI dos Pedágios, Miguel Rossetto. “Todos os cálculos que nós fazemos dão conta que a EGR qualificada e melhorada, que é a empresa pública, poderia fazer os mesmos investimentos com R\$ 0,10 a R\$ 0,12 por quilômetro. Por que o Eduardo Leite insiste em contratar o mais caro



Colegiado investiga possíveis irregularidades nas concessões rodoviárias

e não o mais barato? Por que ele insiste naquilo que é melhor para o seu governo, e não o que é melhor para a sociedade gaúcha?”, questionou o deputado.

Já o vice-presidente do colegiado, Felipe Camozzato, concorda que o modelo proposto pelo governo Leite precisa ser revisito, mas diz ser “cético” quanto à capacidade de EGR ou Daer realizarem as obras. “Eu acredito que, para além de olhar para este modelo de concessão ou para obras de EGR ou Daer, acho que existe um universo onde nós conseguimos pensar, inclusive, de contratualização de privadas, de empreiteiras, sendo geridas pela própria Secretaria de Reconstrução ou pelo governo do Estado, através dos seus órgãos, que poderiam fazer estas obras”, disse o deputado.

Do lado governista, o líder do governo Eduardo Leite na Assembleia Legislativa, deputado Frederico Antunes (PP), que também é titular da CPI, minimizou essa “vitória” apontada pelos colegas de comissão. “Na leitura do relatório técnico, vais notar que tem 95% de observações amplamente favoráveis a tudo que está estabelecido como critérios para o edital do Bloco 2, e uma manifestação sugerindo o seguinte: deem uma olhadinha na referência do Produto Interno Bruto (PIB)”, disse o parlamentar.

Antunes se refere às estimativas que o edital de concessão fez quanto à previsão de crescimento do PIB brasileiro durante os 30 anos de concessão. A proposta do governo dá conta de

uma evolução da economia do Brasil nos moldes dos últimos anos. O que acontece é que isso não é tão previsível, podendo ser o resultado da economia do País tanto superior quanto inferior às projeções.

“Teremos o tempo necessário agora, tão logo passe esta parte, e não tendo nenhuma outra orientação, anotação ou sugestão, de nós concluirmos o próximo edital e executarmos o próximo edital. É importante dizer também que não tem nenhuma irregularidade e nenhuma ilegalidade apontada pelo Tribunal de Contas”, argumentou o líder do governo, que, assim como Eduardo Leite, afirmou que a concessão será feita.

Outros integrantes da CPI, especialmente de oposição ao governo, divergiram desta avaliação de Antunes. Para Halley Lino (PT), esta foi uma “grande vitória de oposição”. O deputado também cobrou do Tribunal de Contas do Estado o envio do documento de sugestões sobre a concessão à CPI, pois, conforme ele, apenas o governo teve acesso ao material.

A próxima reunião da CPI dos Pedágios está prevista para esta quarta-feira, a partir das 16h, mas não haverá oitivas. Um assunto que possivelmente entrará na pauta é quanto à data do comparecimento de Eduardo Leite para depor na comissão, tendo em vista que o próprio governador se dispôs a falar e um requerimento para convidá-lo foi recentemente aprovado no colegiado.

Pacote de projetos contra violência de gênero pode ir à votação no dia 10

A reunião de líderes de bancadas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul realizada ontem deliberou que um pacote de projetos relacionados ao combate à violência contra a mulher pode entrar em votação no plenário na próxima sessão deliberativa do Parlamento, na próxima terça-feira, 10 de março.

O movimento ocorre enquanto o Estado passa por uma crise, com aumento nos casos de feminicídio e também tem um peso simbólico por março ser o Mês da Mulher e 8 de março, o Dia Internacional da Mulher.

Mesmo com este indicativo da reunião, a procuradora especial da Mulher na Casa, deputada Bruna Rodrigues (PCdoB), disse que a expectativa firmada na Assembleia na semana passada foi “frustrada”. Para a parlamentar, o número de projetos que pode ir para votação é muito inferior ao que se esperava quando houve um movimento bastante uni-

ficado de deputados favoráveis à apreciação de um pacote neste sentido.

“Há uma frustração na expectativa. O que acontece? De um universo complexo, grande de projetos, a redução dos projetos é drástica”, disse a Bruna. Além disso, ela vê com preocupação a previsão de que as propostas já sejam votadas no dia 10, pois, na data, estará acontecendo a Expodireto, da qual diversos parlamentares devem participar.

“A prioridade precisa ser a votação (dos projetos), afinal nós somos deputados, e nós vamos pressionar para isso. Nós vamos exigir que tenha quórum para votar”, afirmou a deputada.

O receio da parlamentar é que a Expodireto faça com que muitos deputados não compareçam à sessão, o que poderia resultar na derrubada de quórum e, portanto, adiamento da apreciação dos projetos relacionados à violência de gênero.

Pagamento de retroativos a juízes quadruplica em 5 anos

/ PODER JUDICIÁRIO

Os gastos com o pagamento de retroativos salariais para juízes e desembargadores da ativa e aposentados quadruplicaram em cinco anos e chegaram a R\$ 4,2 bilhões no ano passado. De 2020 a 2025, essas despesas somaram R\$ 12,5 bilhões, de acordo com levantamento feito pela reportagem com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os valores estão corrigidos pela inflação.

As verbas retroativas são um dos principais penduricalhos que engordam os contracheques dos magistrados. São conhecidas entre os servidores como “puxadinhos”.

Na quinta-feira passada, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes liberou, por 45 dias, o pagamento de penduricalhos retroativos reconhecidos administrativamente e já programados para o período.

Atualmente, uma série de adicionais permite pagamentos retroativos. Eles podem ser dados, por exemplo, para juízes e desembargadores que não usufruíram de férias, adicionais por tempo de serviço ou licenças-compensatórias. Estas últimas dão direito a um dia de folga a cada três traba-

lhados em casos em que há acúmulo de funções, acervo processual ou trabalho extraordinário, em períodos como feriados e fins de semana, mas podem ser convertidas em verba indenizatória, se não forem gozadas.

Os magistrados também recebem verbas retroativas quando novos penduricalhos são autorizados pela Justiça ou pelos próprios tribunais, em atos administrativos. Assim, juízes e desembargadores recebem o adicional referente a períodos anteriores, reajustados pela inflação.

Em 2020, foram pagos R\$ 992,8 milhões de valores retroativos. O número acelerou nos últimos dois anos.

Em maio de 2025, o CNJ proibiu os tribunais de autorizarem novos retroativos por meio de decisões administrativas. No entanto, as verbas que já existiam até aquela data continuam sendo pagas.

Em boa parte dos casos, a autorização para pagamentos retroativos parte da atuação de entidades da categoria como associações de juízes, quando solicitam novos benefícios.

Segundo dados do CNJ, uma juíza chegou a receber R\$ 1,7 milhão apenas com pagamentos retroativos em 2025.